



Griot: Revista de Filosofia

ISSN: 2178-1036

griotrevista@gmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

de Araújo Silva, Ricardo George; Araújo Silva, Napiê Galvê
A recuperação da política: ação e espaço público segundo Hannah Arendt
Griot: Revista de Filosofia, vol. 3, núm. 1, 2011, pp. 1-10
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31977/grirfi.v3i1.487>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576665140001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org


UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A RECUPERAÇÃO DA POLÍTICA: AÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO SEGUNDO HANNAH ARENDT

Ricardo George de Araújo Silva¹

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

 <https://orcid.org/0000-0003-1954-1395>

Napiê Galvê Araújo Silva²

Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)

RESUMO:

Pensar a recuperação da Política a partir da ação e do espaço público comporta o grande objetivo deste texto. Queremos com isso trazer à baila duas categorias fundamentais no pensamento de Hannah Arendt. Para tal empreitada nos apoiamos em obras da autora de modo especial *A condição Humana* e *Entre o passado e o Futuro*. Elegemos como metodologia central a pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS – CHAVE: Política; Ação; Espaço público; Hannah Arendt.

RECOVERY POLICY: ACTION AND PUBLIC SPACE BY HANNAH ARENDT

ABSTRACT:

To think about the recovery of the Politics starting from the action and the public space, it holds the great objective of this text. We want to point out two fundamental categories in Hannah Arendt's thought. To reach this objective we leaned on the author's works in a special way *The Human condition* and *Between the past and the Future*. We chose as central methodology the bibliographical research.

KEYWORDS: Politics; Action; Public space; Hannah Arendt.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Ceará – Brasil, Professor Assistente da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Pernambuco – Brasil, Professor Pesquisador do Laboratório de Estudos do Trabalho (LABOR/UFC), Pesquisador do Grupo de Estudos de Filosofia Política da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Coordenador da pesquisa na área de Filosofia Política na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: ricardogeo11@yahoo.com.br

² Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Ceará – Brasil, Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Ceará – Brasil e Professor Assistente da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Rio Grande do Norte – Brasil. E-mail: napiegalve@yahoo.com.br

“É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e essa inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original” (Hannah Arendt).

A identidade do agente através do discurso e da ação

Pensar a categoria da ação para Hannah Arendt é pensar o que há de mais humano nos homens na medida em que tanto o labor quanto a fabricação são passíveis de não serem realizados pelos indivíduos. Mesmo assim, estes não perdem sua humanidade; já a ação, uma vez não vivida por estes, retira do homem a humanidade. Por isso é a pluralidade sua condição humana, ou seja, o mundo de homens que é intersubjetivo acontece através do discurso e da ação que se apresentam como o cerne da questão. Só neste contexto podemos pensar a política e a sua constituição no tocante ao novo que pode ser criado por ela. A ação traz em si um poder criador, uma força de iniciação que possibilita a continuidade da vida pública. É na construção do binômio: permanência–inovação que a ação se manifesta. O que parece paradoxal é na verdade o chão da política, pois, na medida em que possibilita a permanência de um mundo comum e de uma esfera pública politicamente organizada, temos condições de receber o novo que chega com todas as suas possibilidades criadoras. Daí a importância da pluralidade, já que o mundo é dos homens e não do homem, o que torna a ação diversamente rica no tocante ao que pode trazer e possibilitar. Contudo, é válido esclarecer que essa pluralidade consiste em ser diferente, em ser singular, o que, no entanto, não quer exprimir uma alteridade sem identidade alguma:

A alteridade é, sem dúvida, aspecto importante da pluralidade; é a razão pela qual todas as nossas definições são distinções e motivo pela qual não podemos dizer o que a coisa é sem distingui-la de outra. Em sua forma mais abstrata, a alteridade está presente somente na mera multiplicação de *objetos* inorgânicos, ao passo que toda vida orgânica já exibe variações e diferenças, inclusive entre indivíduos da mesma espécie. Só o homem, porém, é capaz de exprimir essa diferença e distinguir-se (ARENDT, 2001, p. 189).

Sendo fortemente expressão da política, a ação é expressão da liberdade, dada a co-originalidade presente nessas categorias, além do fato das palavras de Arendt corroborarem isso: “se há um sentido para a política esse sentido é a liberdade”. A noção de liberdade que Arendt quer recuperar do esquecimento diz respeito à ação política e tem de ser compreendida como capacidade humana de “chamar à existência o que antes não existia” (ARENDT, 1988, p. 198). Em outras palavras, Arendt se refere a uma experiência de liberdade que tem equivalência na experimentação da ação política conjunta, por meio da qual advém a novidade que renova e redireciona, de maneira inesperada, o curso dos processos desencadeados pela interação humana, garantia de uma história aberta e sem final. Aqui encontramos a ruptura que Hannah Arendt realiza em relação à concepção da

tradição de liberdade como livre-arbítrio, ou seja, de escolher entre objetos dados de antemão. A idéia aqui trabalhada visa recuperar, segundo Hannah Arendt, uma liberdade idêntica ao iniciar, como diz Kant, a espontaneidade.

Consoante Hannah Arendt,

no nascimento de cada homem, este começo inicial é reafirmado, pois, em cada caso, vem a um mundo já existente alguma coisa nova que continuará a existir depois da morte de cada indivíduo. Porque é um começo, o homem pode começar; ser humano e ser livre são uma e a mesma coisa (ARENDT, 1988, p. 216).

Ela julga encontrar o vínculo entre a ação, enquanto capacidade de dar início espontaneamente a algo imprevisível; e a liberdade, ambas radicadas ontologicamente na “natalidade” humana. A história comporta novos começos por causa da condição humana da natalidade, por meio da qual o mundo se renova potencialmente a cada novo nascimento humano: “[...] Como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade pode constituir a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico” (ARENDT, 2001, p. 17).

Arendt não extrai implicações teológicas dessa reflexão agostiniana sobre a natalidade, mas busca indicar por meio dela o vínculo político existente entre ação e liberdade. Esta é uma “capacidade” humana e não uma “disposição humana interna”, uma propriedade inalienável, de cada homem no singular, de modo que não é o homem que possui a liberdade, mas a liberdade é que vem a ser com o advento de homens capazes de agir e falar no mundo, podendo, portanto, ser destruída como fenômeno humano por determinadas formas de governo (DUARTE, 2000, p. 214). A grande comprovação de quanto a ação e a liberdade podem ser frágeis diante de determinados governos é o que aconteceu nos regimes totalitários, nos quais foram tirados dos indivíduos, por meio de violência, sua capacidade de agir e o seu direito de falar. Confinados em campos de concentração, como Auschwitz, os homens não tinham o direito de nascer, de nada iniciar, de forma que o novo para eles não se constituía como possibilidade. Nessas horríveis fábricas de cadáveres, o que parecia certo era apenas a morte, mediante lenta e prolongada perda da dignidade humana. Nesse contexto, chegamos à conclusão de que se é por palavras e atos que nos inserimos no mundo, nenhum regime que negue essas manifestações pode reclamar para si o caráter político, pois destrói aquilo que é a política: a liberdade dos homens em uma esfera pública. O agir humano aqui, para a esfera pública, equivale à respiração para a vida biológica. Negá-la é negar a própria vida, a existência de todo um corpo, no caso em questão, um corpo político.

A ação como garantia dos singulares na pluralidade

Ressaltar o aspecto da ação enquanto diferença vivida entre iguais é um ponto-chave a ser compreendido, na medida em que o que está em jogo é a singularidade dos indivíduos, como nos esclarece Arendt:

O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer, com certeza, que antes dele não havia ninguém. Se ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver com ser distinto e singular entre iguais (ARENDT, 2001, p. 191).

Somos iguais porque podemos nos compreender, podemos dar sentido ao nosso existir de forma a entender o mundo de coisas que nos cercam, contudo somos diferentes, na medida em que o discurso e a ação são inovadores do nosso existir. Assim, a cada novo ser que surge, nasce esse ser de uma ação singular em meio à pluralidade e neste ponto reside a diferença, segundo Hannah Arendt, entre “o que és?” e o “quem és?”.

Considerando que o “quem és” revela o agente do discurso e da ação, pois através da fala e do ato os indivíduos revelam quem são, manifestam suas habilidades, e, sobretudo, sua identidade pessoal e singular. Isso não nega que qualquer resposta a “quem és?” é incapaz de defini-lo por completo na medida em que, sendo ele um iniciador, tende sempre a ultrapassar qualquer expectativa ou previsibilidade anterior. Este aspecto da ação e do discurso empresta ao convívio humano uma fragilidade e uma incerteza que não podem ser contornadas pela imediação sólida de objetos tangíveis. É evidente que se frustra a tentativa de equacionar a questão do “quem és” identificando o agente com “o que é”.

O exemplo acima sugere que o fato de alguém ser um advogado apenas indica a característica mais saliente dele, uma vez que ninguém é advogado, ou atua como tal, vinte e quatro horas por dia, levando-se em consideração que esse profissional pode assumir um gradiente bastante acentuado de possibilidades.

Com base nas descrições, nenhuma delas nem todas reunidas podem responder à questão “quem és?”. Essa característica da ação e do discurso, em que um mesmo indivíduo pode assumir diversos papéis ao longo de sua existência, põe em risco o seu próprio caráter de revelação, pois toda ação só existe no momento fugaz de seu acontecimento, e o agente sempre aparece diferente do que da última vez. Então como identificar o agente? (XARÃO, 2000, p. 152)

Essa questão posta por Xarão, ao analisar as ações do agente nas narrativas, aponta para o fato de a pluralidade humana estar negada pela filosofia da história na medida em que aquela se apresenta como condição fundamental da ação. Assim, consideramos como núcleo central de toda discussão a preservação da esfera pública, na qual o discurso e a ação possam acontecer pautados pela condição humana da pluralidade.

Todo esse contexto nos remete ao que Hannah Arendt denomina “teia de relações humanas”. Com tal expressão, Arendt queria designar as relações criadas pela ação e pelo discurso, relações essas que transcendem a subjetividade, na medida

em que a ação e o discurso ocorrem entre homens, isto é, existe uma intersubjetividade, no tocante ao que “interessa”, ou seja, está entre pessoas. Para Arendt, todo esse processo ganha essa direção pelo fato de que os homens agem e falam diretamente uns com os outros. Esta relação possibilita o surgimento do novo pela ação e a revelação da identidade pelo discurso. Como afirma Arendt:

A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas conseqüências imediatas. Juntos, iniciam um novo processo, que mais emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles com que ele entra em contato (ARENDT, 2001, p. 196).

A fala e o discurso aparecem nesse contexto como o elemento revelador, na medida em que mostra o autor das palavras marcando-o de forma tácita, a ponto de distingui-lo dos demais, tanto dos que estão no nosso meio como daqueles que já não habitam o mundo. A ação, por sua vez, é criadora do novo, criadora no sentido de que é capaz de iniciar coisa nova. Juntos, ação e discurso funcionam como impulsionadores de um movimento que desemboca na teia de relações humanas. Nesse processo desenvolvido pela ação e pelo discurso está o nascimento e a morte de um indivíduo singular, e, no intervalo desse nascer e morrer, uma história que pode ser narrada como história de vida, isto é, como conjunto de ações e discursos empregados ao longo de sua existência. Em outras palavras, um conjunto de histórias vividas por esse singular e que, de uma forma ou de outra, marcaram de maneira ímpar os que com ele estiveram em contato.

Isso nos remete a um sentimento que cada recém-chegado traz consigo – a imprevisibilidade –, que se dá na medida em que as “histórias” por ele vividas no intervalo entre a vida e a morte podem mudar definitivamente o mundo, de modo que possibilitar esse processo é fundamental para a política como expressão da liberdade. Assim sendo, é possível entender que a ação somente ocorre na trama tecida pelos diversos agentes e que ela sempre produz histórias tão naturalmente quanto a fabricação produz obras. Essas histórias podem ser reunidas depois e registradas em documentos, monumentos, materializadas em obras de arte e poesia, formando assim a história, a grande história da teia de relações humanas, sem início e sem fim definidos. A ação e o discurso, porém, em sua pura manifestação, não tem nada em comum com essas obras. O que importa aqui é perceber o agente que está se revelando, se mostrando em cada obra a qual, após sua morte, lhe garantirá imortalidade através da memória e da fala. Assim nos diz Arendt:

Mas é também graças a esse meio, onde somente a ação é real, que ela produz histórias, intencionalmente ou não, com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis. Essas histórias podem, depois, ser registradas em documentos e monumentos [...] embora todos comecem a vida inserindo-se no mundo humano através do discurso e da

ação, ninguém é autor ou criador da história de sua própria vida. Em outras palavras, as histórias resultam da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor. Alguém a iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, mas ninguém é seu autor (ARENDDT, 2001, p. 197).

Posto isso, podemos compreender a intenção de Hannah Arendt quando sustenta que os negócios humanos se dão em um contexto da história real e não fictícia, já que a ficção é história feita, produzida, enquanto a história real, não. Esta, por sua vez, não apresenta “mão invisível alguma” como sua criadora, em vista de não ser criada. O único alguém que ela revela é o seu herói; ela é o único meio pelo qual a manifestação originalmente tangível de um “quem” singularmente pode tornar-se tangível ex post facto através da ação e do discurso. “Só podemos saber quem o homem foi se conhecermos a história da qual ele é o herói – em outras palavras, sua biografia” (ARENDDT, 2001, p. 198-199).

É preciso estar atento ao fato de que o herói, nesse contexto, não diz respeito ao homem de grandes feitos, equivalente a um semideus, mas trata-se de um indivíduo que se insere no mundo através do discurso e da ação e, assim, já é capaz de deixar uma biografia, para ser vista e narrada, ou seja, é capaz de romper com a esfera da casa e dirigir-se ao mundo público, construir uma teia de relações com outros que neste lugar também agem e discursam. É, portanto, o herói quem ocupa o espaço público, sendo capaz de por ele se interessar. Arendt chama a atenção para esse dado a partir da categoria de coragem, que indo além da qualidade indispensável de um herói que tenha travado grandes batalhas, tem a ver, sobretudo, com “disposição de agir e falar e inserir-se no mundo e começar uma história própria” (ARENDDT, 2001, p. 199).

A pluralidade e os negócios humanos

A atividade política pensada por Hannah Arendt é uma atividade que necessita do olhar e da presença do outro, de modo que é na pluralidade que se revela o agente. Sem esse convívio plural, não tem como a ação, categoria política por excelência, aparecer. Sendo assim, podemos concluir que ficar isolado é o mesmo que estar impossibilitado de agir. Um eremita que vive no isolamento não age; apenas comporta-se em relação às necessidades imediatas da vida, é totalmente movido pelo labor – é um animal laborans, justo por estar em pleno isolamento.

Ao contrário da fabricação, a ação jamais é possível no isolamento. Ação e discurso necessitam tanto da circunvizinhança de outros quanto a fabricação necessita da circunvizinhança da natureza [...] A ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras, e estão em permanente contato como ela (ARENDDT, 2001, p. 201).

Hannah Arendt chama atenção para a seguinte incompreensão: a se ver, no homem isolado, um homem forte, quando a história mostra vários exemplos de fracasso desse tipo, que foram incapazes de articular outros, que foram incapazes de

conseguir cooperação. “É preciso se preservar da ilusão de força extraordinária e, com ela, a falácia do homem forte, que é poderoso por estar só” (ARENDT, 2001, p. 203). É preciso ter claro que uma fragilidade possível dos negócios humanos, no qual nenhuma teia de relações pode ser costurada, reside no fato de que, sem o convívio de outros, sem a pluralidade, é impossível constituir política e, dessa maneira, garantir a ação. Nesse contexto, é importante ressaltar que se a ação ocorre em pluralidade, atinge a outras pessoas, tanto quanto é atingida por estas que também agem. O que identificamos é que a ação é plural e processual, na medida em que cada processo de ação é causa de outro, o que leva a ação a um inter-relacionamento, que sempre está além de duas pessoas. A ação, nesse sentido, pode romper todas as fronteiras na medida em que a imprevisibilidade da mesma suplanta toda estrutura em vista de cada novo que chega a cada geração que surge. Isso corrobora a afirmação de que a ação está sempre ancorada na natalidade, isto é, na possibilidade de constituição de um novo ser que, através da ação e do discurso, irá tecer uma nova história, ainda que esta só se revele totalmente após sua partida e seja cristalizada na memória via narração. Contudo, para ser narrada, é preciso que se tenha o que narrar, e a quem narrar. Daí a eficiência do espaço necessário para a ação ocorrer, ou seja, a existência de uma esfera pública. Como nos esclarece Arendt:

Ao contrário da fabricação, em que a luz que se julga produto final que ilumina os processos da ação e, portanto, todos os processos históricos só aparecem quando eles terminam, muitas vezes quando todos os participantes já estão mortos. A ação só se revela plenamente para o narrador da história, ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador, que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes [...] muito embora as histórias sejam resultado inevitável da ação, não é o ator e sim o narrador que percebe e “faz a história” (ARENDT, 2001, p. 204/205).

O outro é quem narra, é quem imortaliza os feitos, os atos. A memória construída nos negócios humanos é construída pelo agir, contudo, um agir que tem um espectador, capaz de narrar tais fatos. Isso nos permite concluir que toda a vida inscrita no mundo humano através do agir e do falar, cuja permanência pode vir a ser narrada como uma história com início meio e fim, nunca tem autoria naquele que a viveu.

Para Hannah Arendt, foi com Heródoto que as palavras e os feitos, ou seja, atividades que decorrem unicamente do agir humano, “tornaram-se o conteúdo da história” (ARENDT, 1988, p. 69) transformados pela poiesis da palavra escrita. O propósito da empresa de Heródoto era “preservar aquilo que deve a sua existência aos homens” contra o tempo, prestando “aos extraordinários e gloriosos feitos gregos e bárbaros, suficiente louvor para assegurar-lhes a evocação para a posteridade, fazendo, assim, a sua glória brilhar através dos séculos” (ARENDT, 1988, p. 70). Realizou-se, desse modo, o ideal de imortalização dos antigos que encontravam, na grandeza de atos e palavras do indivíduo autônomo, a baliza para a dignidade dos homens – a excelência de ações e palavras entre pares que mereciam permanecer para sempre como feitos exemplares. De modo que, o que distingue

fundamentalmente a visão de história da que temos hoje é que o que se preserva é o ineditismo de um feito, a ocorrência única, o fato incomum. “O que para nós é difícil perceber”, segue Arendt,

é que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais e que constituem o tema da narrativa histórica, não são visto como partes, que de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário a ênfase recai em situações únicas e rasgos isolados. Essas situações únicas, feitos ou eventos interrompem o movimento circular da vida diária no mesmo sentido em que a bios em linha reta dos mortais interrompem o movimento circular da vida biológica. O tema da história são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras (ARENDT, 1988, p. 72).

Do exposto vem a certeza de que os negócios humanos ocorrem sob o olhar do outro, porque é na história que o singular aparece, mas só pode aparecer para o outro, o que torna indiscutível o elemento plural na constituição dos negócios humanos.

O modo grego de encarar a ação: a esfera pública

Hannah Arendt enfatiza a relação existente entre a “imprevisibilidade do resultado e o caráter revelador da ação e do discurso” (ARENDT, 2001, p. 205), porque a ação e o discurso possibilitam o novo aparecer e acontecer, ou seja, revelar-se. Como essas categorias do discurso e da ação estão ancoradas na natalidade, para cada recém-chegado há uma imensa gama de possibilidades para acontecer que são imprevisíveis justamente porque quem age de acordo com esse contexto se revela, sem ter domínio de quem revela, de modo que só conheceremos a história do agente, como história possível de identificá-lo após sua morte. Assim, os gregos antigos percebiam a vida gloriosa que se manifesta depois da morte. Para Arendt, no contexto grego, a grande expressão disso é Aquiles, que morre após seu grande feito. Morrer é garantir a bem-aventurança no sentido de imortalizar-se, no sentido de se fazer narrável; isto a custo de todos os outros fatores, isenta a imprevisibilidade, ainda que relativamente.

A esfera pública aparece nesse contexto como a solução grega para a imprevisibilidade da ação, na medida em que a mesma assegura o seu local de manifestação. “Antes que os homens comessem a agir, era necessário assegurar um lugar definido e nele erguer uma estrutura dentro da qual se pudessem exercer todas as ações subseqüentes; o espaço era a esfera pública da polis” (ARENDT, 2001, p. 2007). Contudo, Arendt chama a atenção para que não se caia no institucionalismo, na medida em que não é a cidade de Atenas, a polis, mas são os atenienses, ou seja, aqueles que, dotados da capacidade da ação e do discurso, são passíveis, estejam onde estiverem, de constituir mundo público.

A questão da fragilidade ganha destaque porque apresenta três frentes a serem equacionadas: a imprevisibilidade dos resultados, a irreversibilidade dos processos,

e, desencadeado por essas duas primeiras, o anonimato dos autores. Daí a busca por um espaço que tire os homens de suas relações no campo da incerteza.

A esfera pública torna-se fundamental, na medida em que supera as distorções da modernidade na busca de equacionar tal questão e dar segurança à sustentabilidade do fenômeno da política, fenômeno esse que necessita do convívio humano.

Nesse contexto, fica claro que é impossível conceber mundo público sem a convivência de outros que agem em conjunto, vivem juntos. Em outras palavras, mundo público situa-se no meio dos homens, nunca fora deles ou sob o domínio de um membro específico, mas vivido na pluralidade. O forte na constituição desse conceito de mundo público é a quantidade de membros envolvidos. É evidente que também há qualidade, pois não é um aglomerado de pessoas que funda a esfera pública, mas homens capazes de ação e de discurso estejam onde estiverem. Como nos esclarece Arendt:

A esfera política resulta diretamente da ação em conjunto, da comparticipação de palavras e atos. A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui. É como se os muros da polis e os limites da lei fossem erguidos em torno de um espaço público preexistente, mas que, sem essa proteção estabilizadora, não duraria, não sobreviveria ao próprio instante da ação e do discurso (ARENDT, 2001, p. 210).

Conclusão

Ao Tratar da questão da ação, buscamos o resgate de elementos fundamentais da ação humana, tais como: o discurso e a pluralidade. Esses elementos são constituidores de um mundo comum de uma esfera pública, na qual os indivíduos podem manifestar-se e estabelecer relações.

Assim, toda e qualquer manifestação que se pretenda política tem que trazer no seu bojo o elemento da liberdade. Elemento esse que resguarda o singular em meio à pluralidade em um contexto de harmonia na qual nos tornamos iguais na segurança da esfera pública, tendo garantido o direito de aparecer e manifestar-se como legítimo outro.

Neste contexto, temos o cerne da esfera pública, na medida em que o que está em jogo é a aparição aos outros e dos outros entre si, no sentido de simples existir. O aparecer ganha sentido quando o mesmo é criador de mundo, isto é, capaz de criar laços que intersubjetivamente dêem sentido à ação e ao discurso de outros, de modo que percorrendo o caminho do diálogo, passando inclusive pelo dissenso, próprio dessa pluralidade, seja possível construir um espaço público capaz de acolher a todos nas suas manifestações e anseios políticos na medida em que garanta liberdade a todos, em um espaço de aparição.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. Ed. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. *Entre o passado e o futuro*. 2. Ed. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1988.

DUARTE, André. *O Pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

XARÃO, Francisco. *Política e liberdade em Hannah Arendt*. Ijuí-Rio Grande do Sul: Ed. UNIJUÍ, 2000.

Contribuição dos autores:

Os autores Ricardo George de Araújo Silva e Napiê Galvê Araújo Silva contribuíram conjuntamente com a discussão, problematização, revisão e redação do artigo. Ambos aprovaram a versão final do texto.